



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JOÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

Apresentação: 05/05/2026 11:27:10.183 - CDHMIIR

REQ n.59/2026

REQUERIMENTO Nº DE 2026

(Dep. Padre João PT-MG)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os conflitos socioambientais e os direitos territoriais do povo Pataxó da Aldeia Geru Tucunã, especificamente no que tange à regularização fundiária, à desintrusão e à fiscalização do Parque Estadual do Rio Corrente, no Estado de Minas Gerais

Excelentíssima Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art. 58, § 2º, II, da Constituição da República, e nos Arts. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Sessão de Audiência Pública com o objetivo de debater os conflitos socioambientais e os direitos territoriais do povo Pataxó da Aldeia Geru Tucunã, especificamente no que tange à regularização fundiária, à desintrusão, com a retirada de ocupantes não indígenas do território, e à fiscalização do Parque Estadual do Rio Corrente, no Estado de Minas Gerais.

A Aldeia Geru Tucunã ocupa área dentro do Parque Estadual do Rio Corrente a convite do próprio Instituto Estadual de Florestas (IEF), atuando como guardião da biodiversidade local. Atualmente, a comunidade dispõe de apenas 250 hectares, enquanto o Parque totaliza mais de 5.000 hectares.

Relatos alarmantes indicam que o Estado tem sido omissivo na fiscalização da área protegida. Estima-se que cerca de 1.200 hectares do

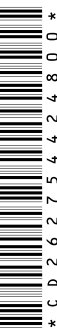
DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Endereço: Gabinete 762 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900

E-mail: dep.padrejoao@camara.leg.br Telefone: (61) 3215-5762

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262754424800>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



* C D 2 6 2 7 5 4 4 2 4 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JOÃO

Parque estejam sendo utilizados irregularmente para a criação de gado Nelore. A ausência de fiscalização efetiva permite a grilagem de terras públicas e amplia o conflito socioambiental, colocando em risco a integridade física dos indígenas e o patrimônio ecológico da União e do Estado.

Após alocar os indígenas na referida área, o Estado de Minas Gerais sinaliza agora com a possibilidade de remoção da comunidade. Tal medida ignora o reconhecimento oficial da situação de insegurança em que se encontram e fere os princípios constitucionais de proteção aos povos originários.

Diante da necessidade da promoção de medidas que assegurem os direitos humanos das populações tradicionais, com especial atenção aos direitos territoriais indígenas, observado o seu modo de vida que vem garantindo a preservação da unidade que exige conservação, urge a regularização fundiária do território e demais medidas que garantam a fiscalização e a regularidade da gestão do Parque, o que justifica a realização deste debate no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

Para tanto, propõe-se o convite aos e às seguintes participantes:

1. **Luiz Henrique Eloy Amado**, Ministro de Estado dos Povos Indígenas;
2. **Moisés Savian**, Secretário Nacional de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (MDA);
3. **Deputado Estadual Leleco Pimentel**, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
4. **Lucia Alberta Baré**, Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI);
5. **Cacique Bayara**, representante da Aldeia Geru Tucunã Pataxó;
6. **Afonso Henrique de Miranda Teixeira**, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais (CAOCA/MPMG);



DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Endereço: Gabinete 762 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900

E-mail: dep.padrejoao@camara.leg.br Telefone: (61) 3215-5762

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262754424800>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JOÃO

7. **Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE/MG);**
8. **Representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG);**
9. **Edmundo Antonio Dias**, Procurador da República (MPF);
10. **Cleber Alves Machado**, Diretor Estadual de Políticas para Igualdade Racial e Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

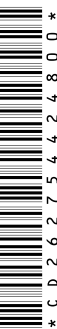
A realização da requerida Audiência Pública permitirá aprofundar o debate sobre reconhecimento dos povos tradicionais, direitos humanos e justiça social, ao trazer à baila a situação enfrentada pela comunidade indígena Pataxó da Aldeia Geru Tucunã, que configura um cenário de grave insegurança jurídica e vulnerabilidade social.

Pela relevância do tema e pela urgência social que o momento impõe, conto com o apoio dos e das nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2026.

Deputado PADRE JOÃO
PT-MG

Deputado LEONARDO MONTEIRO
PT-MG





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG)

